

ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo

A integração dos “retornados” no interior de Portugal: o caso do distrito da Guarda

OLIVEIRA, Nelson Clemente Santos Dias

Mestre em Sociologia

ESE Instituto Politécnico da Guarda

nelsonoliveira@ipg.pt

Resumo

Em 1975, com o epílogo do Império Colonial, chegaram a Portugal cerca de meio milhão de indivíduos que ficaram conhecidos como “retornados” do ultramar. O posterior processo de integração que se pode contextualizar em fenómenos populacionais semelhantes, decorrentes das descolonizações protagonizadas pelas outras potências coloniais europeias, no nosso país, teve a particularidade de ter sido ultrapassado com maior rapidez. Uma das explicações para a agilidade com que estes indivíduos foram assimilados pelo tecido socioeconómico reside, precisamente, na distribuição deste numeroso contingente de pessoas por todo o território nacional. Justificação que, à primeira vista, parece paradoxal. Isto porque as regiões do interior do país, neste período, acumulavam factores repulsivos. Assumindo que para o interior terão rumado, essencialmente, aqueles que aí tinham raízes, neste trabalho pretende-se reflectir as incidências do processo de integração destas pessoas no distrito da Guarda, partindo da justificação e sentido que (três décadas depois) deram às suas acções.

Palavras-chave: migrações; integração; assimilação; retornados; mudança social.





Introdução

Com um desfasamento de cerca de duas décadas, em relação às outras potências coloniais europeias, em meados dos anos setenta do século passado, Portugal foi forçado a abdicar da sua (alegada) vocação imperial e viu-se, ao fim de cinco séculos de epopeia, confinado às suas iniciais fronteiras ibéricas. Consequentemente, numa conjuntura marcada por uma acentuada crise política, económica e social, chegaram ao território nacional cerca de meio milhão de pessoas, até então residentes nas colónias.

Destoando das outras potências coloniais que demoraram décadas a assimilar os seus repatriados, o nosso país não tardou a incorporar este numeroso contingente de pessoas no seu tecido socioeconómico, o que aconteceu sem incidentes significativos. Este facto é ainda mais surpreendente por este ser, na época, um território que exportava mão-de-obra.

Não são muitos os estudos científicos que se debruçaram sobre esta problemática. Por essa razão e porque um dos factores que terá influído na agilidade com que este processo foi transposto, reside na distribuição deste numeroso contingente de pessoas por todo o território nacional, foi propósito da investigação, que aqui se apresenta, contribuir para a compreensão deste fenómeno populacional, tendo como pano de fundo o distrito da Guarda¹.

Da Beira Alta para o Ultramar, um olhar tardio para as terras africanas

Contextualizado no âmbito das restantes migrações protagonizadas pelos portugueses, o fluxo migratório com destino às colónias africanas foi um fenómeno relativamente recente (Serrão, 1982). Segundo Alexandre (2000), o número daqueles que procuraram nas colónias africanas riqueza ou glória começou a ser significativo no início do século passado, após as políticas de Norton de Matos, mas só terá recebido o impulso definitivo durante o Estado Novo, num período compreendido entre as décadas de trinta a sessenta. Paradoxalmente sofreu um inesperado ímpeto após o início da Guerra Colonial, quando se estava a um par de décadas do fim do “Império Ultramarino” e já se faziam sentir os ventos da descolonização (Barreto, 1997).

A singularidade destes fluxos demográficos prendeu-se, antes de tudo, com os entraves (perpetuados até perto do fim do império) de se partir para as ex-colónias de formas que fugissem ao controlo estatal. Na prática, esta selecção materializava-se em dois obstáculos para muitos intransponíveis: no preço das passagens e na necessidade de uma “carta de chamada” para as adquirir. Embora a mítica “carta de chamada”, típica do panorama migratório português, surgisse na versão “africana” substancialmente desmistificada. No discurso dos “retornados” esta, mais não era do que um “contrato-promessa” ou “termo de responsabilidade” que, na maioria dos casos, apenas servia para adquirir as passagens. A partir do início da década de sessenta a “carta de chamada” deixou de ser necessáriaⁱⁱ, mas o padrão migratório que esta cristalizou, sobreviveu-lhe. No discurso dos entrevistados continuou-se a “mandar ir” familiares e conhecidos até ao fecho do ciclo do Império.

Relativamente aos funcionários públicos, a ideia que transparece é a de que, numa primeira fase partiram, essencialmente, indivíduos indispensáveis à manutenção da soberania portuguesa, não raramente, acompanhados pelas famílias. A partir de finais da década de cinquenta, como consequência do vertiginoso crescimento da população europeia nas colónias, outras profissões se foram, paulatinamente, tornando imprescindíveis para a manutenção de níveis de qualidade de vida que, numa primeira fase, se queriam semelhantes aos da metrópole, mas que não tardaram a superá-los (pelo menos nas maiores cidades).

Ligeiramente diferente é a história pessoal dos ex-combatentes que, findas as suas obrigações militares, optaram por permanecer nas colónias. Nestes casos, pelo menos no discurso, a influência que poderão ter tido amigos ou conhecidos nessa opção pessoal é desvalorizada, isto porque, estas pessoas tiveram conhecimento, *in loco*, das condições económicas e sociais que os aguardavam.



A decisão de partir para territórios onde evoluíam conflitos omnipresentes, mas distantes

O contínuo crescimento da população de origem europeia nos territórios africanos, coincidente com a insegurança decorrente das hostilidades próprias das “Guerras de Guerrilha” que, a partir da década de sessenta, se estenderam de Angola à Guiné e a Moçambique, surge como um paradoxo incontornável (gráfico n.º 1). Isto porque, se é verdade, tal como refere Alexandre (2000), que o início da Guerra foi a principal causa dos derradeiros esforços estatais no que a infra-estruturas diz respeito, também não deixa de ser previsível que os civis, cujos projectos migratórios eram estritamente pessoais, ponderassem esses seus propósitos, principalmente num período em que existiam outras possibilidades migratórias, porventura mais acessíveisⁱⁱⁱ.

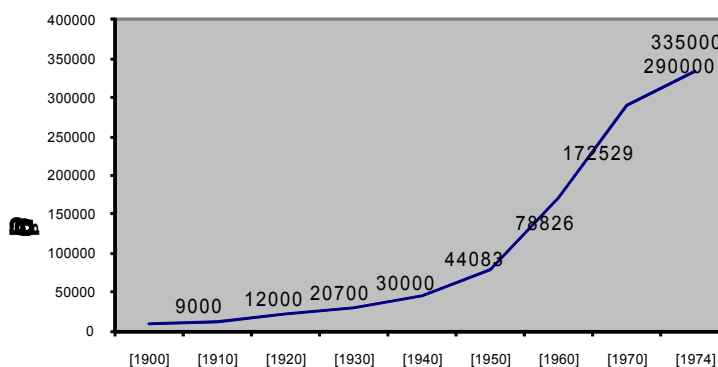


Gráfico n.º 1 – Evolução da população branca na “Angola Colonial”

Fonte: Elaboração do autor

Obs.: Os dados referentes às décadas de 1900 a 1930, referem-se projecções, bem como os dados referentes a 1970 e 1974 datadas em que já não era apreciada, a etnia dos “angolanos”.

A ajuizar pelas opiniões obtidas no âmbito desta investigação, parece que também neste caso, o secular “mito da fortuna” envolto no efeito demonstração fez a sua aparição. Tal como sucedeu com outros destinos migratórios, também neste caso o sucesso ostentado pelos “africanos” regressados das colónias, poderá ter contribuído para disseminar este mecanismo de promoção social. Explicação assumida, plenamente, pelos entrevistados e que vem confirmar a tese defendida por Pires (2003), de que nestes fluxos migratórios os factores atractivos terão sido o principal motor^{iv}.

Se, para aqueles que partiram, fruto de projectos exclusivamente pessoais, o “efeito demonstração” parece ter sido o *motor*, já para os que partiram enquadrados no aparelho burocrático do Estado, existia um *pacote* de incentivos que passava por melhores condições salariais, de progressão nas carreiras e viagens pagas sazonalmente.

Relativamente ao espectro da Guerra Colonial (incontornável depois de 1961), por se tratar de uma migração que se baseou em redes de conhecimentos, é presumível que os indivíduos já radicados nas colónias, ao “mandarem ir” as pessoas das suas relações, abordassem também esse assunto.

Vivências africanas, um passado sem futuro

Como seria previsível, a instalação em África acarretava, para a vida da maioria destas pessoas, mudanças estruturais que, a par da emergência de novas redes de relacionamentos sociais, pela distância, implicavam rupturas nas suas relações familiares tradicionais. Sem cortar definitivamente os laços com a família de orientação, os civis reduziam ao indispensável o regresso à metrópole (o que não acontecia, necessariamente, com os funcionários públicos por usufruírem de viagens pagas). E, para além disso, quando o faziam era com propósitos precisos: encontrar noiva, casar, tratar de heranças ou apresentar os filhos à família. Se os migrantes reduziam, ao indispensável, as suas visitas à metrópole, os seus filhos identificavam-se cada vez menos, com a terra dos seus pais. A sua vinda a Portugal destinava-se normalmente a visitas sumárias a familiares ou a completar os estudos.



Outra variável incontornável na análise das estratégias económicas dos migrantes coloniais é o facto do regresso definitivo, na maioria dos casos, não estar entre os seus projectos a curto ou médio prazo, o que se reflectiu em estratégias socioeconómicas que passaram por investir, no território de acolhimento, o capital acumulado. Esta estratégia aliada ao desafogo económico, inimaginável não só nas comunidades rurais do distrito da Guarda como, de um modo geral em todo o país, repercutiu-se em normas de sociabilidade ancoradas em experiências de vida, de lazer e de consumismo, (na época) desconhecidas para a maioria dos portugueses metropolitanos e que os “retornados” não se cansam de descrever.

Relativamente à insegurança decorrente das movimentações militares, não negligenciando as notícias, naturalmente manipuladas pela Censura, a ideia que transparece é a de que, para a maioria dos entrevistados, as manobras bélicas com que conviveram (excluídos os períodos mais críticos, como o início das hostilidades em 1961 e o vazio de poder que se viveu nos tempos imediatamente anteriores às independências), projectavam-se como realidades distantes.

Estruturas de emprego nas colónias

Como foi salientado anteriormente, as triagens a que eram sujeitos, ainda na metrópole, todos aqueles que equacionavam partir, com propósitos de permanência, para as colónias, tinham a função explícita de adequar as partidas às necessidades políticas, económicas e sociais da administração colonial, embora, implicitamente, contribuíssem para que aqueles que assim migravam usufruíssem de fortes probabilidades de êxito económico. Probabilidades de sucesso que assentavam, mais do que nas características e competências pessoais dos próprios indivíduos, nas condições económicas e sociopolíticas que os aguardavam nos territórios coloniais. Isto, porque, ao nível do acolhimento imediato a pessoa que os tinha “mandado ir” chamava a si também a responsabilidade de apadrinhar a sua inserção socioeconómica. E, para além disso, iam usufruir dos fortes laços de solidariedade que tendiam a caracterizar as relações de sociabilidade dos indivíduos, de origem metropolitana, nas sociedades coloniais, patenteada pela frase, tantas vezes repetida, nos discursos dos entrevistados: “Não havia lá invejas como cá há”. Expressão que parece traduzir a ideia de que, tanto os recursos económicos como os recursos simbólicos disponíveis eram suficientes para todos, pelo menos para todos os europeus, a quem era instintivamente atribuído, pelo factor étnico, um estatuto social privilegiado.

Ao tentar relatar as trajetórias profissionais dos entrevistados, a primeira ilação que se pode retirar aponta para a não coincidência entre a profissão desempenhada pelo migrante na sua terra de origem, referida na “carta de chamada” e as ocupações efectivamente exercidas em África. Descoincidência, cuja explicação deve ser procurada no carácter puramente formal da “carta de chamada”, quando confrontada com as reais necessidades do projecto colonial do Estado Novo, que tinha a particularidade de perpetuar certos *nichos profissionais*, destinados, quase exclusivamente, a cidadãos metropolitanos. Esses *nichos profissionais*, cujo acesso estava, se não vedado pelo menos dificultado às populações autóctones, consistiam numa panóplia de micro-funções económicas sem as quais provavelmente teria sido impossível manter a soberania portuguesa naquelas latitudes, mais além das outras potências coloniais. Actividades ligadas à prestação de serviços à comunidade; ao comércio (grossista e a retalho); ao manuseamento de máquinas (indústrias extractivas e agrícolas bem como deslocações rodoviárias), para além daquelas actividades que com uma grande dose de eufemismo poderíamos chamar de gestão de equipas de trabalho (a função de capatazes), constituíam esse *nicho profissional* por que quase todos os entrevistados, de origem rural e que partiram fruto de projectos pessoais passaram. Em muitos casos, essas actividades evoluíam para criação da própria empresa que surge no discurso dos entrevistados, como “estabelecer-se”. O *auto-emprego* parece ter sido, na maioria dos casos, o corolário da experiência adquirida enquanto trabalhador por conta-de-outrém. Convém ainda referir que estas micro-funções, tantas vezes menosprezadas, na prática eram de extrema importância. Isto porque, estes indivíduos acabaram por desempenhar o papel de *mediadores culturais* entre as populações autóctones e as populações brancas que viviam nas grandes cidades, o



mesmo é dizer, entre as populações nativas e o aparelho político, burocrático e económico da administração colonial.

Outro aspecto relevante é o facto de aparentemente, para os entrevistados (pelo menos para aqueles a quem faltava formação académica mas sobrava iniciativa), os salários taxados de funcionário público não serem excessivamente atractivos. Tal percepção justifica-se porque, no discurso dos entrevistados, era exequível superar o capital, que estes permitiam acumular, tendo sucesso numa qualquer actividade em nome individual, tal como o retrata a frase: “Para se ganhar dinheiro, em Angola, era por conta própria!”. Esta questão é relevante porque era interiorizada mesmo pelos funcionários públicos. Para comprovar esta tese bastaria atentar no relato de vida do entrevistado n.º 3, que partiu para África com o objectivo de ser docente mas que, aquando do regresso, a sua actividade profissional se estendia da gestão das suas empresas (um colégio, uma farmácia e uma fazenda) à docência universitária.

Não obstante, ser sociologicamente inviável extravasar os resultados obtidos nesta investigação, para a população de “retornados” que se veio alojar no distrito da Guarda e muito menos para a generalidade da população repatriada em 1975 é legítimo, identificar algumas coincidências pertinentes. O principal indicador, relativamente concordante, prende-se com a pronunciada mobilidade profissional (se não ascendente pelo menos geográfica) que parece ter pautado o historial laboral destes migrantes.

O fim do sonho africano e o regresso compulsivo

É recorrente associar-se a tardia fixação de europeus nos territórios africanos ao facto da população europeia das ex-colónias se ter mantido semi-alheia ao evoluir dos acontecimentos. Do discurso dos entrevistados transparece a indecisão quanto à opção por uma das partes. Parece que, em muitos casos, a *identidade africana* que alguns reivindicam, nunca se sobrepôs, definitivamente, à sua *identidade portuguesa*. Esse facto, que acabou por facilitar a sua (re)integração na sociedade portuguesa, ter-se-á reflectido na incapacidade negocial e aparente alheamento, de que a população branca é, muitas vezes, acusada (Pires e outros, 1987; Martelo, 1997).

Perante os acontecimentos vertiginosos, a generalidade dos antigos residentes nas colónias, parece ter-se deixado sucumbir ao conflito identitário, referido anteriormente, dissolvendo-se em soluções individuais, como o comprovam as suas diferentes “simpatias” políticas (distribuídas pelos distintos movimentos independentistas). De tal forma que, só se terão apercebido da gravidade da situação já perto das datas marcadas para as independências, a par da degradação das condições de vida, decorrente do abandono daqueles territórios, por parte de muitos profissionais qualificados, que não estavam dispostos a perder os vínculos que os ligavam a Portugal.

O regresso maciço aconteceu num estreito período entre a Primavera e o Outono de 1975, com o início da guerra fratricida em Angola, que desencadeou a debandada geral dos portugueses, das suas famílias e, de um modo geral, de todos aqueles que com Portugal se identificavam, trazendo para Portugal Continental um número nunca determinado de portugueses, cujos estudos mais fidedignos situam cerca dos 500 000 indivíduos^v (quadro n.º 1).

Os entrevistados parecem ter acompanhado o processo de regresso da generalidade dos repatriados portugueses. Assim, de entre aqueles que se radicaram em Angola, o entrevistado n.º 1 regressou por via marítima, logo que considerou que o território deixara de reunir as condições mínimas para a sua permanência condigna. O entrevistado n.º 7 veio por via aérea com passagens de ida e volta. Os entrevistados n.º 2, 3, 6, 9, 10 e 12 foram repatriados, através da “ponte aérea”^{vi}. O entrevistado n.º 11 permaneceu até à independência, em serviço (era agente da PSP), enquanto o entrevistado n.º 8 optou por permanecer no território até ao último dia de 1976. Os entrevistados n.º 4 e 5, que fixaram residência em Moçambique, regressaram pelos seus próprios meios, logo a seguir ao 25 de Abril de 1974.



Distrito / Região	Nº absoluto de "retornados" (a)	% de "retornados" na população residente (a)	Nº absoluto de "retornados" (b)	% de "retornados" na população residente (b)
Continente + Ilhas	463 315	5,34	505 087	5,1
Continente	450 525	5,3	493 093	5,3
Aveiro	28 502	5,2	25 597	4,4
Beja	2 934	1,4	3 040	1,6
Braga	16 012	2,5	16 040	2,3
Bragança	19 959	11,3	15 979	8,7
Castelo Branco	12 702	5,9	10 064	4,3
Coimbra	22 214	5,6	22 745	5,2
Évora	2 566	1,4	3 918	2,2
Faro	20 008	7,5	19 224	5,9
Guarda	18 810	8,9	14 451	7,0
Leiria	17 723	4,5	19 141	4,6
Lisboa	138 016	8,5	166 872	8,1
Portalegre	2 708	1,9	3 560	2,5
Porto	48 938	8,7	56 264	3,6
Santarém	18 313	4,0	20 457	4,5
Setúbal	28 121	6,0	49 512	7,5
Viana do Castelo	8 616	3,4	7 948	3,1
Vila Real	19 001	7,4	14 239	5,4
Viseu	25 382	6,2	22 052	5,2
Açores	4 953	1,4	4 812	2,0
Madeira	8 048	3,2	7 182	2,8

Quadro n.º 1 – Os “retornados” por distrito de fixação.

Fontes: (a) *Retorno de desalojados e retorno de emigrantes*, tendo como referência a população residente em 1970; (b) *Os Retornados um estudo sociográfico*, tendo como referência a população residente em 1981.

Os processos de repatriamento, nomeadamente daqueles que tinham fixado residência no interior dos territórios angolanos, envolveram uma grande carga dramática. De um modo geral os entrevistados procuraram, antes de tudo, pôr a salvo a família para, posteriormente, tentarem acautelar uma parcela dos bens materiais acumulados em vidas de trabalho, estratégias que, em alguns casos, permitiram, por vias mais ou menos legais, trazer algum património^{vii}, mas que algumas pessoas quase pagaram com a vida^{viii}.

Já em Portugal Continental, aqueles que, em Lisboa, não dispunham de família que os pudesse acolher passaram algum tempo alojados em equipamentos hoteleiros disponibilizados, para esse efeito, pelo IARN^{ix}, mas na maior parte dos casos apenas o tempo necessário para arrecadarem a bagagem que conseguiram pôr a salvo e tratarem de assuntos burocráticos. E, para muitos, as piores experiências quanto a animosidades aconteceram, precisamente, nesse período de permanência em Lisboa.

Relativamente à causa imediata que os levou a fixar residência no distrito da Guarda, onde se alojou uma proporção de “retornados” superior à média nacional (como se pode constatar através da análise do quadro n.º 2), a resposta foi peremptória e está associada à sua naturalidade ou, em última análise, à naturalidade da família mais próxima. A ajuizar posteriormente, com esta solução, mantiveram-se mais resguardados dos sentimentos hostis, mais drásticos, de que parecem ter sido alvo aqueles que fixaram residência nos grandes centros urbanos onde não podiam dispor do suporte das redes familiares. Embora do discurso dos entrevistados se depreenda que as relações nos centros mais urbanos da região não tenham sido tão cordiais.



Concelho	N.º absoluto de "retornados"	População Residente em 1981	% de "retornados" na população residente em 1981
Aguiar da Beira	257	7 172	3,58
Almeida	651	10 616	6,13
Celorico da Beira	918	10 189	9,01
F. C. Rodrigo	1 227	9 117	13,46
Fornos Algodres	586	6 781	8,64
Gouveia	1 818	18 908	9,61
Guarda	2 757	41 294	6,68
Manteigas	313	4 413	7,09
Meda	571	8 795	6,49
Pinhel	902	14 413	6,26
Sabugal	427	18 794	2,27
Seia	1 977	30 873	6,40
Trancoso	883	12 856	6,87
Vila N. F. Côa	1 164	11 098	10,49
TOTAL (Distrito)	14 451	205 319	7,04

Quadro n.º 2 – Distribuição dos “retornados” pelos concelhos que são parte integrante do distrito da Guarda

Fontes: Dados do INE e do estudo: *Retornados um estudo sociográfico*.

Outra característica específica desta região que, por certo, mereceria uma reflexão mais aprofundada, incomportável neste trabalho, prende-se com a participação religiosa das suas gentes, que segundo um estudo de França (1980), era em 1977, das mais elevadas do panorama nacional^x. Tendo presente a verdadeira campanha, que a Igreja Católica encetou, em defesa da inserção destas pessoas, nomeadamente através dos meios de comunicação social que controlava (Oliveira, 2007), será de prever que Esta tenha chamado a si um importante papel em todo este processo. Para confirmar essa relação de proximidade entre a Igreja Católica e o acolhimento dos “retornados” merece relevo o facto de a generalidade dos entrevistados (residentes em áreas rurais) afirmar ter desempenhado, após o regresso, funções de “mordomos”.

No que diz respeito ao contributo efectivo do IARN, para a sua integração, a maioria dos entrevistados tende a ser crítica. Aqueles que têm uma opinião menos depreciativa em relação a este organismo são precisamente os funcionários públicos, talvez por o associarem a medidas de que usufruíram e a que tinham, impreterivelmente, direito no âmbito do Quadro Geral de Adidos.

A inserção num mercado de trabalho pautado por uma pronunciada crise nacional e internacional

Neste ponto, mais do que nunca, a divisão entre “funcionários públicos” e “não funcionários públicos” faz todo o sentido, por esse estatuto ter jogado um papel incontornável na inserção económico-profissional dos “retornados”. Isto porque a maioria dos que caíram no primeiro grupo foi, progressivamente, integrada no aparelho burocrático do Estado, através do Quadro Geral de Adidos, apesar de esse processo em alguns casos não ter sido célere. Em pólos opostos quanto à facilidade com que conseguiram a sua inserção laboral, posicionaram-se os indivíduos que não pertenciam aos quadros do funcionalismo, principalmente os que durante o processo de repatriamento não conseguiram pôr bens a salvo. E é nestes casos que é mais apaixonante a análise, por a sua inserção profissional ter estado associado ao *know-how* aportado a estas pessoas pelas suas experiências profissionais e pessoais em África. Essa verdadeira formação pelo *fazer-saber* terá facilitado a integração, deste contingente de pessoas, num mercado de trabalho em processo de modernização. A história da inserção profissional do entrevistado n.º 12 (que, apesar de a sua profissão, em África, ter sempre estado ligada ao comércio, desenvolvia em paralelo a actividade de electricista de instalações) é ilustrativa das novas competências técnicas e profissionais, que estas pessoas trouxeram para os locais onde se vieram alojar. No caso específico, o entrevistado parece ter usufruído directamente



do contexto que veio encontrar. A sua chegada foi mais ou menos coincidente com dois condicionantes conjunturais que lhe facilitaram a inserção laboral: em 1975, ainda não estava completa a electrificação das áreas rurais do concelho da Guarda e assistia-se ao grande ímpeto na construção das “casas dos emigrantes”. Esses dois factores conjunturais, naturalmente exponenciados pela escassez de pessoas que possuíssem competências técnicas, nesta área, terão contribuído para catapultar o entrevistado para uma bem sucedida inserção laboral:

“...Primeiro arranjei trabalho com os pedreiros, depois tive de estudar aqui porque, na confusão, não tive tempo de trazer nada. Tive de me sujeitar a exames para conseguir a «carteira profissional» [Obtida no Sindicato dos Electricistas, em Coimbra]. Depois passei a trabalhar como electricista, passei a ser conhecido e comecei a trabalhar também com águas. As pessoas começaram a “apertar” comigo: «- Tenho aqui uma canalização e também a podias fazer». E assim comecei... e hoje tenho as duas actividades...”. [Entrevista n.º 12]

O entrevistado associa a sua inserção profissional aos postos de trabalho especializados na construção civil, decorrentes da edificação massiva das “casas dos emigrantes europeus”. Parece que tal relação terá existido, se não directamente pelo menos de forma indirecta. Com efeito, as migrações (internas e internacionais) tinham vindo, paulatinamente, a depauperar demograficamente esta região, nomeadamente de homens em idade activa (quadro n.º 3). Como o notável estudo de Pena Pires (2003: 250), que tem vindo a ser referido regularmente neste trabalho, prezou por comprovar, a população de “retornados” era caracterizada por uma taxa de masculinidade, por um índice de indivíduos em idade activa e por um nível académico, proporcionalmente superiores à restante população portuguesa.

	Área	1911 ^b	1940 ^b	1950	1960	1970	1981	1991	2001
Portugal	92141,5	5 960 056	7 755 427	8 510 240	8 889 392	8 663 252	9 833 014	9 867 147	9 997 590
A. Beira	206,9	8866	9547	10177	10406	8451	7172 ^(a)	6725	6247
Almeida	518	17220	16461	17460	16107	10621	10616 ^(a)	10040	8423
C. Beira	247,2	15865	16444	16732	14930	10837	10189 ^(a)	8875	8875
F. C. Rodrigo	508,6	15507	14436	14912	13237	8715	9117 ^(a)	8105	7158
F. Algodres	131,5	9902	10565	10645	9035	6772	6781 ^(a)	6270	5629
Gouveia	300,6	25373	26956	27673	25210	18802	18908 ^(a)	17410	16122
Guarda	728,9	43634	48033	51468	48937	40529	41294 ^(a)	38765	44084
Manteigas	105,2	3988	4840	5390	5276	4414	4413 ^(a)	4192	3833
Meda	286,1	11902	14906	13697	12378	9421	8795 ^(a)	7440	6239
Pinhel	484,5	19714	20639	22270	20335	14854	14413 ^(a)	12693	10954
Sabugal	823,1	34778	41487	43513	38062	23371	18794 ^(a)	16919	14871
Seia	435,7	32374	34138	35962	34436	31356	30873 ^(a)	30362	28145
Trancoso	361,5	17989	19437	20632	18239	14029	12856 ^(a)	11484	10889
V. N. Foz Côa	398,2	14504	16277	17116	16209	10019	11098 ^(a)	8885	7980
Distrito	5536	271 616	294 166	307667	282 797	212 191	205 319 ^(a)	190 156	181 450

Quadro n.º – 3 Evolução da população do distrito da Guarda por concelhos

Fonte: Os sucessivos Recenseamentos Gerais da População da responsabilidade do INE

(a) Nos dados obtidos no âmbito do Censo de 1981 incluem-se, naturalmente, os “retornados” que vieram atenuar o significativo processo de desertificação demográfica, que ainda não foi possível inverter nesta região.

(b) Os dados referem-se à população presente.

Sendo, por esse conjunto de razões, natural que estas características cruzadas, por um lado com o contacto que estas pessoas tiveram em África com formas mais modernas, metódicas e empresariais de conceber as actividades económicas e, por outro, com o facto de em muitos casos, serem naturais das regiões onde se vieram alojar (e das quais tinham um relativo conhecimento dos estrangulamentos e potencialidades), se tenham traduzido numa panóplia de experiências laborais inusitadas, nesta época e nesta região, como relata o entrevistado n.º 3 referindo-se aos casos de que teve conhecimento:

“... Lá todos experimentavam muita coisa e chegavam aqui e diziam: «- Isto dá fico, se não dá tento outra coisa» e alguns até foram a coisas totalmente novas. Por exemplo encontrei um senhor (que conhecia de lá) que me disse: «- Eu nunca ganhei tanto dinheiro como agora!», ele lá fazia tubos de escape porque lá as painéis



não resistiam muito. E ele foi montar uma empresa ali perto de Coimbra. Já fazia tubos para todas as marcas e era mais barato, mais rápido e até mais perfeito do que as oficinas das marcas. (...) Depois vinha-se com outra maneira de ver a realidade (...) Vínhamos com vistas largas e aqui as pessoas estavam a olhar para o seu umbigo. Nós não! Tínhamos estado numa terra tão grande, em que tudo era grande (...) Aqui tudo era dado numa mãozinha, tudo *contadinho* e nós não vínhamos para isso. (...) Por exemplo um outro senhor que tinha lá um grande armazém, pediu dinheiro a amigos e hoje tem cá um grande armazém que, pela mais pura lei da concorrência, obrigou outros, que nunca se modernizaram, a fechar. (...) Um outro *retornado*, comprou uma quinta que ninguém parecia querer, só que nessa quinta passou uma estrada (...) Depois ainda foi dividida por uma urbanização e hoje pode viver descansado. (...) Houve um irmão meu que, com as propriedades que recebeu de herança, implementou um modelo diferente de exploração... Semeava em regime de monocultura numa região que, ainda hoje, é conhecida por uma agricultura quase de subsistência. Depois podia vender a produção nas cidades, porque tinha em grandes quantidades. (...) Um ano, apenas plantou favas, o que até se tornou uma anedota local: «- Veio das Áfricas e está maluco» diziam. Simplesmente ele encheu uma camioneta e foi vender a Coimbra... Fez dinheiro! No ano seguinte fazia alhos, por exemplo, e ia vendê-los pelas terras... De facto essas ideias vinham de África. É que lá só se fazia monocultura e estávamos habituados a isso. Na minha fazenda quase só plantávamos monocultura. Figos, por exemplo, é que lá as figueiras dão figos todo o ano e, assim, podiam-se vender todo o ano e também uvas de mesa. Era a inovação... Quando vou a Fátima encontro sempre um ou dois, que nunca tinha visto e pergunto como estão, em regra estão bem...”. [Entrevista n.º 3]

Como transparece do extracto desta entrevista, quer fosse por condições inerentes à sua personalidade, ou simplesmente coagidos pela necessidade de sobrevivência económica, muitos dos “retornados” mobilizaram todas as vantagens comparativas que obtiveram através das suas vivências em África, num processo que surge vinculado aos seus discursos como “deitar mão a tudo”.

Mas, para que esta matriz esteja completa devem ainda adicionar-se às equações atrás enunciadas (habilitações académico-profissionais, competências pessoais e profissionais adquiridas pela via da experiência de vida em África; deficit de população activa em determinadas camadas etárias, em grande medida, devido à emigração e “população retornada” caracterizada por um alto índice de masculinidade), mais duas entradas de índole conjuntural: a crescente necessidade de funcionários públicos desencadeada pela democracia e o conseqüente desenvolvimento do sector dos serviços, que o novo regime político proporcionou, embalado pela mudança social vertiginosa que, como refere Barreto (1997), já vinha desde a década de sessenta, de que parecem ter usufruído os entrevistados n.º 1 e, em certa medida, o n.º 9.

“Ainda demorou um bocado, vim em 1975 e só fui integrado aqui em 81, mas até aí fui trabalhando. Ajudei o meu sogro, que trabalhava nos correios, a vender a lotaria. Como ainda trouxe um carro ia fazendo uns fretesitos. Na altura era ilegal mas fazia... Ainda andei nas feiras a vender umas coisas. Agarrei-me a tudo o que podia e ainda fazia requerimentos a emigrantes. Sei lá, ia concorrendo a tudo o que podia. Tinha de fazer valer as habilitações que tinha, que era só a quarta classe, mas que na altura era alguma coisa. Concorri às câmaras, para motorista, concorri para auxiliar de educação, concorri para a Carris.... Da Carris ainda me chamaram, mas em 1979 estive aqui (IEFP), a substituir um guarda-nocturno e gostaram de mim. Fiquei a ser conhecido, houve ordens para abrir o concurso, para recrutar um guarda e, como o director (da altura) já me conhecia, telefonaram-me. Fui contratado em princípios de 1981”. [Entrevista n.º 1]

“Primeiro foi difícil, aqui não havia trabalho. Comecei a trabalhar nas obras, como servente de pedreiro, uma temporada (que era uma área que nunca foi a minha). Depois fui cozinheiro num restaurante. Mais tarde, o dono do restaurante, abriu um supermercado na Guarda e eu é que montei aquilo tudo, porque ele não percebia nada daquilo. Mas, antes disso, estive em Portimão e na Praia das Maças, em Sintra, sempre na restauração. Depois voltei para a minha empresa primitiva [onde trabalhara antes de partir para Angola], uma serração de madeiras e estive lá 14 anos, até me reformar. Era encarregado daquilo, fazia as escritas, a contabilidade.... Paralelamente, só não fui Presidente da Junta, um mandato, nos 30 anos de democracia.” [Entrevista n.º 9]



Claro que este contexto de crescimento vertiginoso do sector dos serviços escancarou, naturalmente, as portas da inserção profissional, antes de tudo, àqueles que tinham competências relevantes nesta área e que puderam ainda usufruir dos mecanismos que procuravam promover a inserção de “retornados”, como prioridade no acesso a determinados postos de trabalho. É este tipo de inserção que ilustra a história pessoal do entrevistado n.º 8 que tem a particularidade de pôr em evidência as redes de conhecimentos, para além das familiares, que os “retornados” mobilizaram no sentido de encontrarem ocupação:

“Quando cheguei tive de trabalhar para sobreviver. Um colega, também bancário, arranjou-me, nos primeiros tempos, um emprego num armazém de calçado em Felgueiras e alugou-me uma casa. Depois tive hipóteses de voltar para o Banco Português do Atlântico só que, apenas tinha colocação no Porto. E, entretanto, eu soube pelo gerente, que fundou aqui o Sotto Maior em Pinhel e que ia aqui haver uma vaga. E aí eu aproveitei, agarrei no meu carrinho e fui a Lisboa ao Banco de Portugal e disse: «- Faz favor, há uma vaga assim, assim ... (É que eu estava lá inscrito, tinha enviado o meu currículo). E eu disse ao colega: «- Há uma vaga em Pinhel, a minha esposa é de lá, eu resido lá e quero ir para lá». Eles então escreveram lá o meu nome, provisoriamente, a lápis e disseram: «- O colega não tem aqui nenhuma carta do Banco Pinto e Sotto Maior». «- Não têm, eu vou buscar». E assim foi, voltei a agarrar no carrinho e fui à Sede do Banco Pinto e Sotto Maior. (...) Eu na altura estava no Porto, mas a minha residência foi sempre em Pinhel. (...) Fui a Lisboa, tratei de tudo e fiquei com o lugar....”
[Entrevista n.º 8]

Se a influência do crescimento do sector dos serviços fica perfeitamente ilustrada pelos relatos anteriores, a questão da Mudança Social já merece uma reflexão mais esmiuçada. Atentando no quadro conceptual de Sedas Nunes (2000), a sociedade portuguesa mais ou menos contemporânea ao 25 de Abril de 1974, podia ser caracterizada como uma “Sociedade Dualista em Evolução”, conceito que procurava traduzir a coexistência “canibal” entre os dois *tipos-puros* de sociedades em que se tinha vindo a dividir a Europa desde as diferentes vagas da Revolução Industrial; *Sociedades Modernas* e *Sociedades Tradicionais*. Naturalmente, que a *Sociedade Tradicional* se distribuía pelos distritos mais rurais do país onde se incluía o da Guarda^{xi}, em oposição ao conjunto dos quatro distritos onde, segundo o autor, seria mais fácil identificar as características da *Sociedade Moderna* (Lisboa, Porto, Aveiro e Setúbal). Neste modelo de análise a *Sociedade Tradicional* é permeável à *Sociedade Moderna* por intermédio de um processo que, segundo o autor, terá começado por volta da década de sessenta e que, por se tratar de mutações que têm impreterivelmente de abranger os complexos mecanismos da mudança de mentalidades, coincidiu com a chegada dos “retornados”. Ora os “retornados” que eram a imagem viva do desapego à *Sociedade Tradicional* para a qual tinham já manifestado, a par de todos os emigrantes, a sua insatisfação perante as condições e perspectivas profissionais e sociais que esta tinha para lhes oferecer (e da forma mais radical possível, através do abandono), naturalmente não estariam dispostos a regressar às ocupações já exercidas e outrora abandonadas. Estas pessoas, num contexto não revolucionário, teriam de optar por uma de duas opções: ou resignavam-se e ressuscitavam as actividades tradicionais, ou emigrarem agora para o estrangeiro (opção desaconselhável quer pela conjuntura mundial, quer pelas idades). Contrariamente a conjuntura pós-revolucionária permitiu, a muitos, uma terceira via. A conjuntura de crise económico-política que como refere Boaventura de Sousa Santos (1988), terá constrangido os estratos sociais tradicionalmente detentores do capital a retraírem-se e, em alguns casos, a congelarem, até, os seus investimentos económicos, poderá ter desempenhado um papel activo na inserção dos “retornados”, pelo menos ao nível do distrito da Guarda. Explicação que, no decorrer da investigação, foi conscientemente avançada:

“O meu irmão foi-nos buscar a Lisboa com medo que ocupassem a casa dos meus pais. Mas se eu tinha lá ficado estava como queria! Eu não trouxe dinheiro porque se tivesse trazido... É que em Lisboa, os comerciantes, como tinham problemas com os empregados e com os comunistas, vendiam tudo ao desbarato e eu tinha-me estabelecido. Mas vim para aqui. É que os comerciantes preferiam vender aos retornados porque eles pagavam, pouco, mas pagavam e os outros não, ocupavam. Nas herdades era a mesma coisa, quando fomos comprar a quinta em Santarém, que era do Estado, na repartição disseram-nos: «- Vocês vão comprar isto? Escolham uma quinta dos ricos e ocupem-na. A terra deve ser de quem a trabalhar!». Nós dissemos que



não. Vínhamos de lá, tínhamos sido desalojados e espoliados mas não funcionávamos assim. Nós comprávamos, falava-se com o proprietário e ia-se tratar de arranjar capital.” [Entrevista n.º 6]

Ao longo desta pesquisa foram muitos os exemplos (facultados pelos entrevistados), de “retornados” que, após o retorno, valendo-se da predisposição de muitos proprietários para alienarem as suas empresas (por vezes ao desbarato), investiram neste tipo de actividades económicas, não só ao nível dos maiores aglomerados populacionais, como é posto em evidência pela história pessoal do entrevistado n.º 7, como também nas mais pequenas e remotas povoações rurais do Distrito revelado pela entrevista n.º 11:

“...Nós viemos uma série de pessoas. No meu agregado familiar éramos nove e então tínhamos trazido uma dúzia de tostões. Entretanto, passou uma semana, passaram-se duas, até que o meu pai chegou ao pé de mim e disse: «- Nós somos tanta gente, temos de arranjar qualquer coisa para fazer.... As coisas lá também estão um bocado complicadas, estão a piorar e nós temos que...». E então empatámos esse dinheiro. Viemos aqui à Guarda, vi aqui esta casa [Restaurante], tomei-a por trespasse e agora é minha....”. [Entrevista n.º 7]

“Quando cheguei tinha de ganhar dinheiro e por isso fui trabalhar para as obras. Um ano e tal depois alugámos um cafezinho e estivemos lá doze anos, até que vieram outras pessoas [de França] e montaram (em frente), um mais moderno e o nosso deixou de dar. Passei depois à venda ambulante de mercadoria, que é o que ainda faço...”. [Entrevista n.º 11]

Claro que estas opções estiveram dependentes de um nível de capital mínimo de que muitos “retornados” não dispunham. No entanto, essa lacuna pôde ser contornada através de um conjunto de estratégias que têm vindo a ser referidas ao longo deste trabalho: auxílio económico de familiares, empréstimos da banca (Leandro, 1984) e, obviamente, ainda houve aqueles que conseguiram salvaguardar algum capital. Aparentemente, estas soluções não foram incomuns, isto, porque não é rara a referência a casas comerciais da actualidade, cuja origem remonta a essas estratégias económicas. No breve exercício proposto, aos entrevistados: “procurarem actividades comerciais geridas por «retornados», nas suas localidades”, de um modo geral, os resultados foram imediatos e profícuos^{xii}.

Obviamente, que conseguir um trespasse ou iniciar uma qualquer actividade económica por conta própria, era problemático para todos aqueles que não dispusessem do capital inicial. Embora o factor económico possa não ter sido o mais importante, isto, porque o sucesso parece não ter estado, directamente dependente da facilidade e do montante da verba conseguida. Neste trabalho foi possível identificar um exemplo, de um projecto de grande envergadura (financiado por apoios disponibilizados para os “retornados”) que abortou, por razões aleatórias ou, simplesmente, porque a conjuntura económica era de crise, como foi o caso do relato do entrevistado n.º 2, mas é fácil descortinar empreendimentos industriais, no Distrito, com assinalável sucesso:

“Primeiro ainda estive numa firma de exploração de mármore, no Algarve, em sociedade com seis retornados e um engenheiro de cá, que se serviu de nós para ter acesso aos subsídios disponibilizados pelo estado, na década de oitenta. Chamava-se “E... M...” e trabalhei lá de 1981 a 1984. Como os retornados não tínhamos experiência em gestão, apenas dávamos o trabalho. O engenheiro, na melhor das hipóteses por falta de capacidade (...) o que é certo é que a firma foi à falência em 1985. (...) Depois regresssei a V. F., trabalhar numa empresa de madeiras, que entretanto tinha sido criada, também com fundos internacionais. No entanto, vim a saber mais tarde, que o objectivo desta firma também não era vingar, era apenas um estratagemma com que um latifundiário do Sul de Castelo Branco, procurou recuperar o dinheiro perdido na nacionalização de um terreno que possuía, lá para os lados do Ladoeiro. O que é certo é que a fábrica foi descapitalizada e eu, em finais de 85, fiquei desempregado. Estive alguns anos no desemprego, mas como já tinha 62 anos não consegui arranjar nada. Como nos anos de África tinha arranjado «reumatismo», de que já sofrera duas graves crises, uma lá e a outra logo após o regresso, acabei por me reformar, por invalidez, aos 63 anos”. [Entrevista n.º 2]

Os exemplos apresentados, indiciam que, em muitos casos, a visão (ainda que deturpada pelos constrangimentos próprios do colonialismo) de uma sociedade, mais moderna e aberta, em que não era vedada a mobilidade social, terá permitido aos “retornados” que se vieram fixar no distrito da Guarda,



regressarem com uma mentalidade empreendedora para uma zona carente, mais do que de quadros e de pessoas qualificadas, de pessoas arrojadas. Neste sentido os “retornados” não seriam nem mais nem menos empreendedores do que todos aqueles que desiludidos com a *Sociedade Tradicional* a tinham abandonado (como os que migraram rumo às áreas mais desenvolvidas do país ou emigraram para a Europa), mas foram os únicos a regressar a ela ainda em idade activa e, nos casos em que individualmente as pessoas eram mais empreendedoras, o *tirocínio* africano ter-lhes-á permitido triunfar. Nesse processo, relativamente comum, foi um trajecto profissional que comportou, na fase imediata ao retorno, a passagem por actividades profissionais que não exigiam qualquer tipo de qualificação ou especialização, “o deitar a mão a tudo” como surge frequentemente nos seus discursos, mas que posteriormente evoluiu para situações mais estáveis e valorizadas socialmente. No entanto, nada disso poderia ter sido possível, se estas pessoas não se tivessem moldado, suficientemente, à sociedade portuguesa, assunto que se retomará no ponto que se segue.

Portugueses, mas com um passado africano que de que não abdicam

Para muitos dos “retornados”, o regresso implicou uma nova redistribuição dos estatutos e dos papéis sociais (tanto dentro da família como na relação intra-grupos), pelo menos temporariamente. Muitas destas pessoas vieram directamente do topo das hierarquias sociais das sociedades coloniais para as bases da sociedade metropolitana, passando directamente de gente que tinha dinheiro e privilégios, para gente que dependeu de ajudas, mas para a maioria este processo significou, antes de tudo, um recomeço da vida económica e social.

O regresso implicou mudanças drásticas até na vida e educação dos filhos que, como alguns entrevistados referem, se viram privados do nível de vida e das oportunidades de que poderiam usufruir se não tivesse acabado a sua forma de vida. O processo de inserção no mercado laboral e, como consequência, na sociedade democrática portuguesa não foi simples, mas pulverizado aqui e ali por alguns conflitos pontuais. No entanto, passadas que são mais de três décadas, estas pessoas consideram-se plenamente integradas.

“...Eu já estou aqui na Guarda há 30 anos. Criei aqui amigos (...) Fiquei logo integrado porque eu regresssei a Portugal. Já cá tinha estado. (...) Sinto-me perfeitamente integrado. Já não sou «português de segunda». Quando era estudante era «português de segunda», hoje sou «português de primeira» ...”. [Entrevista n.º 7].

Conclui-se, quando se procura debater o conceito de integração que o seu significado definitivo, em sociologia, não é um dado adquirido. Vários autores consultados (Boudon, 1990; Pires, 2003 e Rocha-Trindade, 1995), consideram que este conceito tende a designar tanto a adaptação dos indivíduos à sociedade como o ajustamento da sociedade aos indivíduos. Nesta perspectiva, os “retornados” cumpriram a sua parte, pois souberam descortinar o seu lugar em todas as esferas da vida social. No plano económico e laboral, encontraram ocupação. No plano político, a maioria refere ter simpatia por um dos partidos políticos portugueses, votar e dois responderam mesmo estar filiados tendo, um deles, desempenhado o cargo de autarca^{xiii}. No plano social é sintomático que todos os entrevistados tenham referido: que as suas relações do dia-a-dia são maioritariamente estabelecidas com vizinhos e colegas que não são “retornados”; que pertencem ou já pertenceram a associações de carácter recreativo, cultural ou desportivo, onde mais do que um, já desempenhou funções ao nível dos órgãos sociais e, particularmente importante, nas vivências daqueles que se foram fixar nas áreas rurais, que já tenham desempenhado funções nas organizações religiosas.

Esta inserção, em todas as esferas da vida social, só foi possível por esta população não ter alimentado um saudosismo mórbido, como parece ter acontecido com outras populações europeias repatriadas^{xiv}, ressuscitando ou passando a tecer as suas redes de relacionamento nos locais onde se foi fixar.

Não obstante, os entrevistados também referirem que, pese embora, se considerem portugueses a todos os níveis, há qualquer coisa que os une, embora se apressem a defender que isso deve permanecer no passado, nas memórias que partilham com outros “retornados”:



“ [Relações com «retornados»] Aqui com os amigos, mas não distingo entre uns e outros. É que daqui éramos cerca de cinquenta ou sessenta pessoas e às vezes falamos sobre os tempos que passámos lá, mais nada...”. [Entrevista n.º 4].

De facto até os incidentes pontuais que opuseram estas pessoas à população que cá estava, parecem ter sido superados. Superados sem resignação, mas com o brio de quem tem a consciência que as suas atitudes profissionais e sociais contribuíram para desmistificar os rótulos depreciativos, que a seu tempo lhes tentaram associar:

“O tempo tudo apaga. As pessoas estão integradas. Relacionam-se umas com as outras. Cheguei a uma conclusão: aquela imagem negra com que nos retrataram... A gente mostrou que era mentira, que era tudo política. É que criaram esta imagem negra sobre nós para *descaçar a bota*, como se costuma dizer...”. [Entrevista n.º 1]

Por outro lado estas pessoas estão longe de negar o seu passado africano. O que, sendo natural naqueles que nasceram em África, por considerarem aquela a sua terra, já é curioso naqueles que permaneceram poucos anos no *Continente Negro*, principalmente devido ao contexto em que o abandonaram. A generalidade não guarda mágoas das populações autóctones e reafirma que, apesar dos traumas da descolonização, voltaria a partir para África. Parece que estas pessoas nunca deixaram morrer o fascínio por um continente que o nosso país no geral e as elites culturais no particular^{xv}, estão agora a “ressuscitar”:

“...Voltava a ir ainda hoje, quanto mais se tivesse os meus vinte anos outra vez, porque gostava muito daquela terra, da maneira de viver, de tudo...”. [Entrevista n.º 11]

Por último, o sucesso profissional e/ou económico destas pessoas está bem patente no facto de todos os entrevistados referirem ter, pelo menos, uma habitação própria e, como curiosidade, na aparente sobrevalorização das habilitações académicas como se depreende da preocupação generalizada, nesta população, de que os filhos frequentem os últimos níveis de ensino. Esta sobrevalorização das competências académicas poderá estar associada ao facto de os “retornados” terem tido consciência das vantagens que, quer a posse de habilitações académicas, quer a posse de certificação profissional, jogaram na sua integração, cerca de uma década antes da restante população portuguesa despertar para esse facto, pelo menos a generalidade da população do distrito da Guarda. Ainda em relação aos filhos dos “retornados” é sintomático que não se assista a endogamia, que na opinião dos entrevistados poderia acontecer apenas por casualidade.

Considerações finais

Do distrito da Guarda partiu, para África, muita gente, principalmente durante as duas últimas décadas de colonização. Partiram funcionários públicos, indivíduos com competências técnicas, pessoas que mobilizaram as suas redes de relacionamentos sociais nesse sentido e, mais recentemente, militares que findas as suas obrigações para com a Pátria, se fixaram nos territórios onde combateram. Naturalmente que estas pessoas se reorganizaram nas colónias como uma sociedade com diferentes classes sociais, ciosas dos seus modos de vida. Com os acontecimentos desencadeados pela “Revolução dos Cravos” esta sociedade foi “transplantada” para Portugal e a este caldeamento de vidas o país baptizou de “retornados”.

Por se tratar de um território de onde, todos os anos, partiam milhares de pessoas, em fuga dos estrangulamentos económicos e enquadradas nas rotas migratórias, fossem elas nacionais ou internacionais, não é difícil prever que o grosso do numeroso contingente de “retornados”, que se veio alojar no distrito da Guarda, era constituído por indivíduos, aqui nascidos, que traziam consigo os seus filhos. Por essa razão a sua inserção social estava facilitada, sempre e quando a inserção económica fosse um facto. A incorporação laboral esteve dependente de variáveis pessoais, como a idade, habilitações académicas ou profissionais, sabendo-se que a inserção dos funcionários públicos esteve facilitada pelo “Quadro Geral de Adidos”. Os outros indivíduos terão mobilizado as suas competências profissionais e académicas para além



das redes familiares e de conhecimentos, mas terão também usufruído de ajudas internacionais e do contexto económico e social que vieram encontrar.

O processo de reintegração, em alguns casos não foi fácil, mas aparentemente aconteceu sem sobressaltos de maior e, hoje, estas pessoas, à primeira vista, não se destacam dos outros beirões que vivem nestas terras altas.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim (2000), *Velho Brasil Novas Africas, Portugal e o Império 1808 -1975*, Porto, Edições Afrontamento

BARETO, António (1997), *Tempo de Mudança*, Lisboa, Relógio D'Água

BAUSSANT, Michèle (2002), *Pieds-Noirs, Mémoires D'Exils*, Paris, Éditions Stock

BOUDON, Raymond e outros (1990), *Dicionário de Sociologia*, Lisboa Publicações D. Quixote

FRANÇA, Luís (1980), *Comportamento Religioso da População Portuguesa*, Lisboa, Morais Editores/IED

LEANDRO, J. Marques (1984), «Retorno de Desalojados e Retorno de Emigrantes», em *Emigração e Retorno na Região Centro*, Coimbra, Comissão Coordenação da Região Centro, pp. 323 – 378

LEWIS, J. R. e WILLIAMS, A. M. (1984), «Emigrantes and Retornados: A comparative analysis of the impact of return in the Região Centro», em *Emigração e Retorno na Região Centro*, Coimbra, Comissão Coordenação da Região Centro, pp. 227 – 250

MARTELO, David (1998), *As Mágoas do Império*, Mem Martins, Publicações Europa América

OLIVEIRA, Mário António (Dir.) (1983), *Descolonização Portuguesa Aproximação a um Estudo Volume II*, Lisboa IDL – Instituto Amaro da Costa

OLIVEIRA, Nelson (2007), “A imprensa regional ao serviço de uma causa: o Jornal *A Guarda* e o processo de acolhimento dos «retornados»” em ESEG Investigação: Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda, Guarda n.º 4, pp. 87 – 112.

PIRES, Rui Pena e outros (1987), *Os Retornados um estudo sociográfico*, Lisboa, IED Cadernos 14

PIRES, Rui Pena (1990), «O Repatriamento de África, Enigmas e Interrogações», em *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século, actas do I Congresso de Sociologia Volume II*, Lisboa, Fragmentos, pp. 503 – 520.

PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*, Oeiras, Celta

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (coord.) (1995), *Sociologia das Migrações*, Lisboa, Universidade Aberta

SANTOS, Boaventura de Sousa (1998), *O Estado e a sociedade em Portugal 1974 – 1988*, Porto, Edições Afrontamento

SERRÃO, Joel (1982), *A emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte

VENÂNCIO, José Carlos (2000), *O Facto Africano Elementos para Uma Sociologia de África*, Lisboa, Vega

ⁱ O trabalho que aqui se apresenta tem por base doze entrevistas realizadas, entre os meses de Outubro de 2003 e Março de 2004, no âmbito da dissertação de mestrado: *O Regresso dos Filhos Pródigos; Trajectórias Pessoais de «Retornados» no Distrito da Guarda*, que foram efectuadas a indivíduos ou casais que obedeciam a dois requisitos fundamentais. Era imprescindível que fossem adultos (na época a que os factos se referem) e deveriam ser representativos das diferentes categorias de migrantes coloniais, identificadas durante a revisão bibliográfica: funcionários públicos; indivíduos que partiram ao abrigo das políticas dos colonatos; indivíduos que partiram integrados no âmbito das necessidades das empresas de interesse nacional; indivíduos que partiram fruto de projectos estritamente pessoais; e a mais recente fixação de antigos militares. Do ponto de vista metodológico estas entrevistas, semi-dirigidas e biográficas, focaram-se principalmente naquelas que se definiram como sendo as estações-chave de todo este processo: decisão migratória e partida (do próprio ou dos progenitores); chegada à sociedade de acolhimento, ou estadia; e regresso à comunidade de origem e reinserção.

ⁱⁱ Aparentemente a obrigatoriedade de dispor de “carta de chamada” para partir para as colónias, esteve directamente relacionado com o fim do “Estatuto do Indigenato” que o início dessa década baliza, forçado pelo início da “Guerra Colonial”.

ⁱⁱⁱ A emigração para além Pirenéus, nem sempre era mais acessível do ponto de vista económico. O dinheiro que se entregava a passadores superava, em alguns casos, o preço de uma passagem para África. No entanto, o processo era mais simples porque havia angariadores que se deslocavam às aldeias, para além de, como se tratava de um acto ilegal, a pessoa podia partir sem necessitar que alguém se responsabilizasse por ela no destino. Por outro lado, pelo menos ao nível da representação social, não era uma decisão tão drástica como a partida para África, porque, se as coisas corresse mal, poderia regressar-se mais facilmente.

^{iv} Pena Pires (2003), defende que do esforço em enquadrar os movimentos migratórios para as colónias nas teorias clássicas de “Atração-repulsão”, resultará a preponderância dos factores atractivos (nível de vida, possibilidades de mobilidade social ascendente e quiçá enriquecimento) em detrimento dos factores repulsivos (pobreza) uma vez que, muitos dos que emigraram, eram bastante qualificados para os padrões da época.

^v Quanto à história de Moçambique, esta não foi muito diferente, apesar da particularidade de, inicialmente, não ter ocorrido uma Guerra Civil por se ter procedido à transição de poder para a FRELIMO. Não obstante, o desordenado êxodo de Angola (via ponte aérea) foi simbólico porque marcou o regresso generalizado dos portugueses radicados nas outras colónias e que, no seu conjunto, vieram perfazer os cerca de meio milhão de retornados.

^{vi} O processo de repatriamento de portugueses, por via aérea, das colónias para Portugal, ficou conhecido como “ponte aérea” por se ter procurado tornar esse processo ininterrupto e abrangente (gratuito). Esta, que foi apenas uma das estratégias integradas no plano geral de evacuação dos portugueses de Angola, começou nos primeiros dias de Agosto e durou até 31 de Outubro de 1975 (Oliveira, 1983).

^{vii} Segundo os entrevistados (em Angola), quando as pessoas que ponderavam permanecer nesse território após a independência, se aperceberam do rumo que os acontecimentos estavam a tomar assistiu-se a uma autêntica corrida às lojas de bens valiosos (joalheria e relojoaria), avolumada por aqueles que, apesar de serem do interior, aguardavam repatriamento pela “ponte aérea”. Ao longo desta investigação teve-se também conhecimento de casos que, através de estratégias semi-legais, conseguiram colocar em Portugal (via Suíça), ouro e diamantes. Isto apesar do VI Governo Provisório, consciente desse facto, ter permitido que os diamantes fossem convertidos em moeda, para impedir o florescimento de um *mercado negro* (Pires, 2003: 245).

^{viii} O entrevistado n.º 2 relatou (em off), que nos tempos mais conturbados do início da Guerra Civil, após deixar a mulher e os dois filhos, de tenra idade, em Nova Lisboa (Huambo) a aguardar o repatriamento, tentou regressar à sua localidade (Malanje) com o intuito de acautelar alguns bens e nesse trajecto foi sequestrado por militantes do MPLA que o mantiveram cativo (conjuntamente com outros nove brancos), durante sete dias. Tendo sido libertado, malogradas as tentativas de ajuda, frustradas, de alguns amigos e conhecidos (negros), por interferência directa do Dr. Agostinho Neto.

^{ix} O Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais, vulgarmente designado por IARN (constituído através do Decreto-Lei n.º 169/75, de 31 de Março e dissolvido em 10 de Setembro de 1976), foi o organismo a quem o governo entregou a tarefa de apoiar aqueles que regressavam das ex-províncias ultramarinas (Leandro, 1984).

^x No *Estudo dos Comportamentos Religiosos da População Portuguesa* da autoria de Luís França, o distrito da Guarda (pese embora as divisões administrativas e eclesiásticas não coincidirem neste distrito, como aliás também não acontece na maioria dos outros), surgia, em 1977, integrado na 1.ª área. Área que, na tipologia do autor, correspondia a “Prática religiosa muito alta, muito estável e muito boa estrutura eclesiástica” e que geograficamente se estendia em dois sentidos, tendo como ponto de partida a região do Minho: um que ia do Minho Litoral a Miranda do Douro e outro que ia do Minho até à Guarda passando por Viseu.

^{xi} Segundo Sedas Nunes (2000: 30), o distrito da Guarda destacava-se, no conjunto dos distritos de Portugal Continental, por ser aquele cuja maior fatia da população residente, vivia em 1960, em meio rural (96,8%).

^{xii} Pretendia-se, no presente trabalho, inventariar as micro-empresas ligadas ao ramo comercial ou à restauração e hotelaria que estas pessoas vieram iniciar ou revitalizar, no distrito da Guarda, mas esse objectivo foi traído pelo tempo, para além de se ter chegado à conclusão que essa pretensão justificaria todo um trabalho académico e não apenas um capítulo, como lhe estava aqui destinado.

^{xiii} Este caso não é único. Através de conversas informais com outros “retornados” e não só, foi possível identificar, pelo menos, mais três ou quatro casos semelhantes.

^{xiv} x

Em França, os “pieds-noirs”, quatro décadas depois, continuam a realizar uma peregrinação anual, onde é revitalizada a alegada cultura ultramarina. Essa peregrinação é tão significativa que já deu origem a um Livro: *Mémoires D'Exils*, da autoria Michèle Baussant, que teve a intenção de compreender este fenómeno.

^{xv} Refiro-me, em concreto, à quantidade de livros, produções cinematográficas e televisivas, que têm vindo a ser produzidas tendo como pano de fundo o Continente Africano, em particular a África Lusófona.